



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS - FEDERAL Nº 2040/2024

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2024.

[REMOVIDO], ajuizado por [NOME].

Trata-se de Autora, 24 anos de idade, com quadro clínico de deformidade torácica – pectus excavatum com alteração da função pulmonar (Evento 24, OUT2, Páginas 2 e 3), solicitando o fornecimento de procedimento cirúrgico para correção de deformidade torácica – pectus excavatum (Evento1, INIC1, Página 2).

Pectus excavatum, conhecido entre os leigos como "peito de sapateiro", "peito escavado", ou "tórax escavado", é uma deformidade por depressão do esterno e das cartilagens costais inferiores, eventualmente acompanhada de deformidade da extremidade anterior das costelas na sua articulação com as cartilagens costais. Indivíduos com esta condição queixam-se de dor retroesternal, cansaço fácil, dispneia e palpitações. Além de depressão esternal, os pacientes comumente apresentam-se com abdome protuberante e má postura, pelo deslocamento anterior dos ombros e deformidades da coluna, como a cifose. Pode haver hipomastia e/ou mamas com desvio medial dos mamilos nos pacientes do sexo feminino. Para o tratamento podem ser indicados esportes como natação, musculação, fisioterapia, reeducação postural global (RPG) e tratamento cirúrgico.

Diante do exposto, informa-se que a avaliação para procedimento cirúrgico para correção de deformidade torácica – pectus excavatum está indicada ao manejo do quadro clínico do autor – [NOME] – pectus excavatum com alteração da função pulmonar (Evento 24, OUT2, Páginas 2 e 3). Além disso, está coberta pelo SUS de acordo com a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), na qual constam: consulta médica em atenção especializada, tratamento cirúrgico de defeitos congênitos do tórax, sob os seguintes códigos de procedimento: 03.01.01.007-2, 04.12.04.018-2, considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).

Para regulamentar o acesso aos procedimentos em ortopedia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção de Alta Complexidade em Traumatologia-Ortopedia, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Ortopedia Regional de cada unidade federada.

Nesse sentido, no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite as Deliberações CIB-RJ nº 1.258 de 15 de abril de 2011 e CIB-RJ nº 561 de 13 de novembro de 2008 (ANEXO), que aprovam a Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro. Assim, o Estado do Rio de Janeiro conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção ortopédica e suas referências para as ações em ortopedia de média e alta complexidade no Estado do Rio de Janeiro.

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

Em consulta à plataforma da Secretaria Municipal de Saúde – Transparência do SISREG Ambulatorial, foi localizada solicitação de consulta em ortopedia, classificação de risco Amarelo – urgência, solicitada em 27/11/2024, pela Unidade Básica de Saúde de Nova Marília, situação: agendada para o dia 13/12/2024, na UPA 24H Magé.

Assim, entende-se que a via administrativa para o caso em tela já está sendo utilizada.

Acrescenta-se que em documentos médicos antigos acostados ao processo (Evento 1, PRONT2, Páginas 1, 3, 5, 6, 7, 9 e 11), consta que a Autora foi atendida em 2019, no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) para o tratamento de correção de deformidade esternal. Assim, considerando que tal unidade pertence à Rede de Traumatologia e Ortopedia de Média e Alta Complexidade no Estado do Rio de Janeiro, caso o referido tratamento não tenha sido concluído, informa-se que é de sua responsabilidade garantir a continuidade do tratamento ortopédico da Autora, ou caso não possa absorver a demanda, deverá encaminhá-la a uma unidade apta em atendê-la.

É o Parecer



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Ao 3º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital, do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ANEXO I

ANEXO II

Assinatura manuscrita em tinta preta.